

"O COLÉGIO PEDRO II NÃO PRECISA DE DINHEIRO". SERÁ?

Em outubro deste ano, durante reunião da Congregação realizada na Unidade Centro, o Diretor Geral afirmou, na presença de todos, inclusive na do Senhor Ministro da Educação Fernando Haddad, que as verbas de custeio que o Colégio Pedro II recebe do governo federal são suficientes para a sua manutenção.

Em um primeiro momento, é muito bom saber que as despesas estão sendo pagas e que o Colégio não corre o risco de ter o telefone bloqueado ou a luz cortada, como foi anunciado há quatro anos atrás em reportagem do Jornal do Brasil. Mas por outro lado, tal informação causa estranheza e algumas questões permanecem, não querendo calar.

Por exemplo, se os recursos são suficientes, por que solicitar a contribuição do FAME na hora da matrícula? Se são suficientes, por que algumas Unidades Escolares solicitam mensalmente contribuições aos pais para executarem reparos na estrutura física das unidades? Se as verbas são suficientes, por que toda vez que os alunos vão participar de uma atividade extraclasse, fora da instituição, precisam pagar o ônibus, visto que o CPII não dispõe mais desse meio de transporte para oferecer aos seus alunos? Se o dinheiro é suficiente, por que o mobiliário da UESCI está em péssimo estado e o piso das salas de aulas está cheio de buracos?

As perguntas são muitas e você, que agora lê este artigo, poderá, com certeza, incluir umas tantas mais.

É do conhecimento de muitos que a idéia de solicitar às famílias contribuições para a manutenção das escolas é uma proposta do Banco Mundial adotada por muitas instituições públicas.

Segundo Vera Candau* esse organismo internacional recomenda que o Estado divida os

custos da infra-estrutura escolar com as famílias e as comunidades, fazendo, inclusive, uso múltiplo dos espaços escolares. Porém, no momento que o Ministro da Educação anuncia um aumento de verbas para o CPII para o próximo ano cabe saber se não está na hora de encerrar as contribuições financeiras dos responsáveis. E, principalmente, se não está na hora de iniciar um processo de discussão interna no CPII - com vários representantes da comunidade escolar - de **como e onde** devem ser aplicadas as verbas de custeio e capital que a escola recebe anualmente do governo federal.

A hora é essa! Precisamos que a atual Congregação promova a discussão da aplicação dos recursos do Colégio. Seria excelente que ela estabelecesse com toda a comunidade escolar - através de seus representantes - **metas e prioridades na aplicação dos recursos do CPII**. Também seria de grande utilidade pública que, enquanto o Regimento Interno do CPII não for alterado, que o Conselho de Curadores volte a funcionar com a eleição de dois de seus membros, como prevê o atual Regimento.

Portanto, este é o momento para colocarmos em prática princípios da vida democrática, princípios esses que não devem ficar restritos aos governos federal, estaduais e municipais, mas a todas instituições que trabalham com o bem público neste nosso país.

Denise Sayde de Azevedo
Profa. S. Cristóvão I

*CANDAU, Vera Maria. Reformas Educacionais Hoje na América Latina. In MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.) *Currículo: políticas e práticas* São Paulo: Papyrus, 1999.